

## A Diversidade e os Desafios da Economia Social e Solidária

José Fialho Feliciano

Professor Catedrático

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

### Resumo

A sustentabilidade económica e política das organizações de economia social e solidária assenta na sua vitalidade democrática e capacidade de promover iniciativas de natureza diversa, combinando objectivos económicos, com propósitos políticos, sociais e ambientais no âmbito de interesses privados e/ou públicos. A vitalidade democrática constitui o segredo de mobilização de pessoas em redes de colaboração e solidariedade a vários níveis, garantindo soluções e resultados de longa duração melhor adaptados a diferentes situações. Esta forma organizativa parece assim constituir um caminho de esperança para encarar os desafios que se colocam às sociedades na era do pós-desenvolvimento.

### Abstract

The economic and political sustainability of the social and solidarity economy organizations rests on its democratic vitality and ability to promote initiatives of various kinds, combining economic goals with political, social and environmental purposes in the context of private and / or public interests. The democratic vitality is the key to mobilizing people into networks of solidarity and collaboration at various levels, providing solutions and long-lasting results better suited to different situations. This organizational form seems to be a journey of hope to address the challenges faced by societies in the post-development era.

## A Diversidade e os Desafios da Economia Social e Solidária

A expressão Economia Social e Solidária designa, globalmente, um conjunto de movimentos e de organizações sociais, que procuram dar respostas económicas e sociais a diferentes problemas, em diferentes contextos e com diferentes recursos e formas. Na literatura são referidas fundamentalmente três correntes, economia social, economia solidária e empresas sociais.

A economia social integra uma grande diversidade de organizações, geralmente, cooperativas, mutualidades e associações e, mais recentemente, também fundações. Em Portugal muitas daquelas organizações possuíam forma jurídica de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). São agrupamentos de pessoas, com estatutos jurídicos específicos, emergentes no Século XIX em plena expansão do Estado Nação e do capitalismo industrial. Essas mudanças imprimiram profundo impacto na degradação das comunidades rurais e das redes de família, nas condições de trabalho e nos rendimentos, com efeitos notórios nas desigualdades sociais e na pobreza dos trabalhadores e seus agregados. Operários e outros trabalhadores auto-organizaram-se com o apoio do movimento operário, sindicatos e militantes, sustentados em razões com diferentes origens, no socialismo (utópico, associativista, comunitarista ou radical), no cristianismo social, no liberalismo social e noutras tendências. Múltiplos autores analisaram e debateram aquelas experiências e identificaram novas questões, conceitos, hipóteses e teorias.

O debate maior centrou-se na problemática do indivíduo e do colectivo, da liberdade e da igualdade, da comunidade e da sociedade e envolveu grandes fundadores das Ciências Sociais (F. Tönnies, Max Weber, G. Simmel, E. Durkheim). Outros autores trabalharam sobre economia social (Ch. Dunoyer, F. Le Play), auto-organização (L. Walras), cooperativas (R Owen, Raiffaisen e Ch. Gide), mutualidades (Proudhon), associações (Saint Simon) e em diferentes ângulos e múltiplas iniciativas desse campo, Ch. Fourier e J.B.Godin.

Muitas destas experiências cooperativas comunitárias (operárias, agrícolas, de produção, de trocas, de consumo e/ou de créditos), associativistas e sociedades mutualistas de socorros mútuos e previdência acabaram por se ir diluindo ao longo da primeira metade do Século XX, por efeito das crises e guerras, e do crescimento do papel do Estado-Providência e da economia ocidental (1945-1975), no quadro do pensamento de J.M. Keynes.

As duas outras correntes da economia solidária e das empresas sociais nasceram mais tarde no contexto da crise dos anos 1970/80. Essa crise foi acompanhada de um processo acelerador de desregulação económica e financeira e de grandes transformações à escala global em diferentes áreas e orientações: níveis das energias,

tecnologias (informática, internet), liberalização, deslocalização de capitais, empresas e serviços, descentralização. Dela surgiram novas economias emergentes, modelos organizacionais, instrumentos financeiros e novas teorias.

Os resultados de todas aquelas transformações traduziram-se em números expressivos de desemprego, precarização dos empregos e do trabalho, desigualdades, nova pobreza e exclusão.

O velho paradigma da modernidade positivista cedeu lugar a novos modelos teóricos, hipóteses, conceitos e metodologias.

As pós-modernidades, o pós-positivismo, o pós-colonialismo, a alter-modernidade, o pós-feminismo, os estudos culturais, os estudos de género e a alter globalização são novas abordagens que procuram ligar diferentes dimensões e múltiplas temporalidades simultâneas, do presente, passado e futuro, diferentes partes “em totalidades e em contexto” (N. Bourriaud), complexidades e incertezas, visíveis e obscuras (G. Agamben). Nessas análises são privilegiados os métodos qualitativos mais sensíveis à compreensão de diferentes situações e níveis territoriais, do local ao global, passando pelo regional e o nacional, vistos a partir de diferentes ângulos e lugares. O territorial e o local tornaram-se, desde então, em quadros de referência fundamentais, tanto para pensar e agir, como para mobilizar a participação dos actores e cidadãos da sociedade civil. Nesta perspectiva, as anteriores teorias e estratégias de desenvolvimento associadas ao crescimento e ao Estado, foram substituídas por outras designadas de pós-desenvolvimento.

O próprio conceito de desenvolvimento adquiriu novos matizes de significação e outras designações: desenvolvimento territorial (1980), local (início de 1980), endógeno, autocentrado, “a partir de baixo”, participativo, sustentável (1972), integrado, alternativo (1975), humano (1990), social (1995), luta contra a pobreza (1981, 1º Programa europeu), empowerment (J.Friedmann, 1992), criação de rendimentos e emprego (Cancun). Contudo o problema dos limites ecológicos, inerentes a todo o crescimento económico, começou a ser levantado em 1972 pelo relatório Meadows (limites do crescimento), continuado pelo Relatório de Brundtland (O Nosso Futuro Comum, 1987), sendo retomado por S. Latouche (2007). Face à finitude do planeta, era necessário uma certa autolimitação, um desenvolvimento por decrescimento.

Como foi referido, desde o fim dos anos 1970, tem vindo a ser possível verificar que os sistemas económicos são bem mais complexos e plurais do que anteriormente se pensava. Existem diferentes tipos de capitalismo e cada sistema integra diferentes economias de mercado, domésticas, informais, públicas e sociais, associando os princípios económicos da reciprocidade (M. Mauss, 1922), da redistribuição e do mercado (K. Polanyi, 1944).

O primeiro princípio, não monetário, está associado às esferas domésticas e comunitárias. O segundo, não mercantil, às esferas comunitárias e do Estado (economia pública) e o terceiro, encontra-se associado à esfera da economia de mercado (mercantil). Foi nesse contexto de crise dos anos 1970/80 e de transição socialista de F. Mitterrand em França, que Jacques Delors (Univ. Paris, Dauphine) e M. Rocard (1981), retomando o conceito de economia social, acentuaram a importância da solidariedade para a criação do emprego. Nessa perspectiva, A. Evers (welfare triangle) e, no seu seguimento, B. Eme e J. L. Laville, designaram como economia solidária essas novas formas de apoio solidário (finanças, redes de trocas locais, serviços de proximidade, inserção pelo económico). A economia solidária afirma-se como uma economia plural, híbrida, integrando não só experiências colectivas e/ou comunitárias de interesse geral, mas também as lógicas de economia recíproca (sociedade civil), redistributiva (Estado) e mercantil (mercado). Uma economia em rede de parcerias de solidariedade, a partir da diversidade de recursos e combinando a vitalidade democrática, vivida através da criação de laços sociais, com eficácia económica. Uma economia que interliga objetivos sociais e económicos.

A outra corrente de empresas sociais também nasceu no quadro da crise do fim dos anos 1970/80. Designa conjuntos de iniciativas individuais e de actividades privadas, ao serviço dum interesse geral, sob a forma organizacional de uma empresa. São organizações que possuem lógica de criação de valor e de rentabilidade económica, com os riscos económicos inerentes. Seguem o modelo de gestão, cofinanciamento e inovação das grandes empresas, mas associam-lhe um objeto social ou ambiental de negócio, serviço solidário, inserção e criação de empregos de pessoas em dificuldade/excluídas, e/ou revitalização de bairros ou de colectivos alargados.

As empresas sociais ou sociedades cooperativas de interesse colectivo, podem assumir múltiplas formas, de fundação ou de negócio social. A fundação Ashoka, criada por B. Drayton em 1980, tem vindo a inspirar, acompanhar e apoiar projectos de muitas dessas empresas sociais (D. Bornstein; 2004, Harvard Business School...). M. Yunus tem sido um grande dinamizador de outras iniciativas de negócio social para ajudar pobres, através do microcrédito e de muitos outros serviços de saúde, alimentação, etc. C.K. Prahalad (2005) e S.L Hart (2010) têm sido, também, grandes impulsionadores de outras formas de empresas sociais designadas de “The Bottom of the Pyramid (BOP).

A responsabilidade (ética) social das empresas constitui uma outra forma de apoio social e ambiental operado por empresas. Com raízes nos EUA e no calvinismo (Max Weber), tem vindo a desenvolver-se desde os anos 1980, também na Europa, este tipo de compromisso individual que procura igualmente conciliar objectivos económicos, ecológicos e sociais, articulando os interesses das diferentes partes envolvidas. Os

seus resultados sociais e ambientais são, contudo, muitas vezes, meros instrumentos de visibilidade empresarial.

Em breve síntese, podemos afirmar que a economia de mercado é campeã na produção da riqueza e de emprego, contudo, produz excessiva desigualdade, grande produtora de lucro, mas gera excessiva pobreza e pouco cuidado com ela. A economia pública fortalece o Estado social, mas não está desenhada para multiplicar a lógica produtiva de riqueza e de emprego, que pressupõe estar associada às empresas privadas.

Os tempos de crise revelam, com clareza, que as iniciativas privadas e públicas não são geradoras de suficiente sustentabilidade das nossas sociedades e tornam evidente a imperiosa necessidade de encontrar outras soluções, de multiplicar outras possibilidades e de diversificar outras alternativas. A economia social e solidária poderá ser um factor activo nesse caminho a fazer. Contudo, o lugar donde emerge, a sua natureza social e, muitas vezes, colectiva, que a caracteriza, tornam a sua imagem solidária facilmente como sendo de mera assistência de comida para carenciados, sem produtividade e eficácia. Embora implique longo tempo de trabalho, traduz-se apenas em magros resultados. Essa imagem de uma economia solidária apenas para pessoas em dificuldade ou em tempos de crise, fazem-na parecer uma pobre economia.

Todavia, o movimento da economia social e solidária tem revelado na sua história e, particularmente, nos últimos trinta anos, um potencial de produção de diversidade de alternativas de emprego, de riqueza, de salário e de rendimentos, que questiona essa imagem tradicional do terceiro sector isolado dos outros dois sectores, da economia pública e privada. Com efeito, a natureza dessas organizações e experiências é cada vez mais a de uma economia alternativa, eficaz e eficiente, que não só interliga recursos, técnicas, conhecimentos e competências da economia solidária com os das economias pública e de mercado, como também produz bens e serviços de utilidade social efectiva, que não é, em geral, preocupação das empresas, e ultrapassa os limites da economia pública.

Na lógica mercantil os bens e serviços sociais estão discursivamente associados aos recursos disponibilizados por dádiva da natureza, e pela mão-de-obra generosa e gratuita das 'mulheres' e dos espaços domésticos. Por essas razões, esses bens e serviços sociais, por mais numerosos e relevantes que sejam para a sustentabilidade da sociedade, não têm, nem produzem valor para troca de equivalentes. Não sendo bens visíveis, tornam-se não existentes e, por isso, não podem ser objecto de contabilização.

No campo geral das representações de comunicação em que vivemos, a visibilidade da sua eficácia social só é possível se for traduzida em eficácia económica e possam ser reconvertidos em bens trocados no sistema global de equivalentes económicos.

Ou seja, nas sociedades dominadas pelo capitalismo, a economia solidária só será reconhecida como alternativa quando se apresentar na sua eficácia económica, ou, pelo menos, quando forem aceites modelos de contabilidade de eficácia económica e social, que tomem em consideração indicadores económicos e não económicos. Porém, existe outra condição indispensável para que a economia solidária se torne um campo efectivo de alternativas, que é poder ser reconhecida economicamente como sustentável e politicamente como um lugar de sustentabilidade do desenvolvimento da sociedade. A sociedade não se reduz à sua economia.

Essa sustentabilidade económica e política das organizações da economia social e solidária exige vitalidade democrática capaz de promover diversidade de iniciativas, combinando finalidades económicas, políticas, sociais e ambientais e as dimensões da economia privada, pública e social. Vitalidade democrática capaz de mobilizar a participação, cooperação e solidariedade entre pessoas e redes do contexto comunitário local e das fileiras colaborativas de criação de valor, garantindo soluções mais resistentes, duradouras e adaptadas a cada situação. Dessa forma, a economia social e solidária poderá constituir uma verdadeira alternativa de saída para a crise económica e social em que vivemos, tornando-se uma força de desenvolvimento económico-social e ambiental.

Neste número 2 da Revista *Fluxos & Riscos* publicamos as comunicações apresentadas e discutidas no colóquio sobre Economia Social e Solidária, realizado na ULHT no dia 1 de Junho de 2011. O colóquio centrou-se na apresentação de um conjunto de experiências relevantes, que se têm vindo a desenvolver em Portugal, e de diferentes abordagens teóricas. Eram também seus objectivos divulgar mais a visibilidade da economia social e solidária, para promover maior atenção às suas possibilidades de gerar alternativas, aprofundar as redes de cooperação solidária entre organizações, comunidades e universidade.

A equipa do Centro de Pesquisa e Estudos Sociais, que promoveu o evento, pretende dar continuidade ao aprofundamento da investigação nestes domínios e alargar a rede solidária na para produzir mais desenvolvimento económico e social.